

## AUTISMO: COMPREENDER PARA INCLUIR

### AUTISM: UNDERSTANDING TO INCLUDE

### AUTISMO: ENTENDER PARA INCLUIR

Maria Marcia Batista Vilas Boas<sup>1</sup>  
Alexandra Moreno Pinho<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente estudo tem como objetivo compreender e descrever características do Transtorno do Espectro Autista bem como a importância da inclusão dessas crianças nos espaços de ensino regular. A revisão bibliográfica e documental é a metodologia adota neste trabalho, tomando como apoio artigos, documentos e leis que asseguram o direito a inclusão e acesso ao ensino regular assim como a sala de recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado. Analisando o surgimento do termo autismo e as contribuições do DSMR-5 e do CID-II no diagnóstico do TEA, oportunizando aos profissionais tanto da área da saúde quanto da educação o reconhecimento de características do autismo para um possível planejamento de ações e estratégias que busquem a oferta de atividades que colaborem no tratamento e no desenvolvimento social, cognitivo, motor e emocional da criança autista.

1190

**Palavras-chave:** Autismo. Inclusão. Educação especial.

**ABSTRACT:** The present study aims to understand and describe characteristics of autism spectrum disorder as well as the importance of including these children in regular education spaces. The bibliographic and documentary review is the methodology adopted in this work, taking as support articles, documents and laws that ensure the right to inclusion and access to regular education as well as the multifunctional resource room for specialized educational assistance. Analyzing the emergence of the term autism and the contributions of DSMR-5 and ICD-II in the diagnosis of ASD, providing opportunities for professionals in both the health and education areas to recognize the characteristics of autism for possible planning of actions and strategies that seek offering activities that contribute to the treatment and social, cognitive, motor and emotional development of autistic children.

**Keywords:** Autism. Inclusion. Special education.

---

<sup>1</sup>Graduada em Pedagogia pela UNEB, Pós-graduação em Gestão escolar pela Faculdade João Calvino. Mestranda em Ciências da Educação da COLLEGE EDUCALER.

<sup>2</sup> Doutora em Educação (Universidade de Barcelona), Mestre em Terapia Corporal e Psicomotricidade (Universidade de Barcelona). Licenciada em Pedagogia (UCSAL), professora e orientadora da COLLEGE EDUCALER.

**RESUMEN:** El presente estudio tiene como objetivo comprender y describir las características del Trastorno del Espectro Autista, así como la importancia de incluir a estos niños en los espacios de educación regular. La revisión bibliográfica y documental es la metodología adoptada en este trabajo, tomando como soporte artículos, documentos y leyes que garantizan el derecho a la inclusión y el acceso a la educación regular, así como la sala de recursos multifuncionales para la asistencia educativa especializada. Analizar el surgimiento del término autismo y los aportes de DSMR-5 y CIE-II en el diagnóstico de TEA, brindando oportunidades para que los profesionales tanto del área de la salud como de la educación reconozcan las características del autismo para una posible planificación de acciones y estrategias que busquen la oferta de actividades que contribuyan al tratamiento y desarrollo social, cognitivo, motor y emocional de los niños autistas.

**Palabras clave:** Autismo. Inclusión. Educación especial.

## INTRODUÇÃO

A educação inclusiva brasileira tem se tornado realidade a partir das discussões em âmbito internacional e dos compromissos de seus governantes em incluir uma minoria excluída, dita incapaz de conviver com os seus pares em sociedade, seja por um problema físico ou por algo que se caracterize como uma falha na capacidade de se aprender o que a cultura letrada oferece.

Dessa forma durante séculos essa minoria foi excluída, da convivência familiar e da vida em sociedade por falta de diagnóstico, ou tratamento adequado. Há registros na história de que pessoas eram abandonadas por apresentarem problemas no desenvolvimento mental, mortas por nascerem com problemas físicos, muitas atrocidades foram cometidas ao longo dos anos pela não aceitação do diferente.

A proposta da inclusão é buscar inserir todos os indivíduos na sociedade dando a eles oportunidade de conviver em direito de igualdade, tendo em vista o respeito a diversidade e as diferenças, resguardando e assegurando mesmo que em forma de leis o direito a convivência sem nenhuma espécie de discriminação ou exclusão.

Pensando no direito de ir e vir do indivíduo que apresenta determinada dificuldade de locomoção, as políticas públicas educacionais de acessibilidade, asseguram que rampas, corrimões, banheiros e portas sejam ampliados para receber o público-alvo da educação especial, a estrutura física do prédio escolar necessita oferecer essa segurança, tornando o ambiente acolhedor e sem obstáculos que impeçam ou dificulte o seu acesso.

A sala de recursos multifuncionais também é amparada pela política pública de inclusão, para ajudar no desenvolvimento cognitivo, social e motor das crianças que dela necessitam. É na

sala de recursos que a educação especial por meio do atendimento educacional especializado, concretiza a sua parceria com o ensino regular, pois nela será complementada a formação do estudante, por meio de recursos específicos que irão oferecer sua participação com maior independência nas classes de ensino regular.

Esse é um estudo que apresenta como tema “Autismo: compreender para incluir”, fazendo uma descrição da trajetória até chegar à definição do termo autista, ou seja, transtorno do espectro autista. Ressaltando a importância da escola no processo de inclusão e do desenvolvimento da criança portadora desse transtorno. O seu objetivo é compreender e descrever as características do autismo e a importância da inclusão no ensino regular. A metodologia adotada foi a de revisão bibliográfica e documental, se apoiando em artigos e textos consultados na internet e de algumas leis da educação especial.

Uma escola cidadã e inclusiva se faz nas bases e princípios de uma sociedade democrática, onde a elaboração da proposta pedagógica conta com a participação de todos os profissionais da educação, dos pais devidamente representado por meio dos conselhos ou colegiados escolares, assim como pelo seu acesso a comunidade escolar e principalmente pelo respeito a diversidade e diferenças trazidas por cada aluno que frequenta a instituição, respeitando os espaços, limites e necessidades apresentadas individualmente.

Considerando que o autismo é um transtorno que interfere fortemente na interação social, vê-se no acesso à educação regular e no atendimento educacional especializado uma possibilidade de oferecer melhor interação e socialização a essa criança, desenvolvendo atividades adaptadas as suas necessidades e estratégias de acolhimento aos pais.

A educação brasileira ela é tardia, principalmente no seu processo de democratização do ensino, nas ações de monitoramento e execução das suas políticas públicas, bem como as estratégias de superação das barreiras encontradas ao longo do tempo.

Mesmo diante desta realidade, a educação especial inclusiva vem ganhando espaço e superando desafios, o acesso à educação é um direito de todos, dessa forma segundo a lei, ninguém será excluído do seu acesso.

No que se refere a educação especial temos a aprovação de Leis como a Berenice Piana, LBP nº 12.764/2012 (BRASIL, 2012) que trata da proteção de pessoas com transtornos do espectro autistas, e a Lei Brasileira de Inclusão, LBI nº 13.146/2015, a Lei 14.254 de 30/11/2021 (BRASIL, 2021), isso quer dizer que o aluno tem o seu direito ao ensino regular e ao atendimento educacional especializado assegurado pela legislação.

De fato, para incluir é necessário oportunizar ao professor tanto do ensino regular, quanto da sala de atendimento educacional especializado, a devida formação, bem como a toda equipe escolar. A escola precisa está preparada para essa realidade, rampas, corrimãos, banheiros adaptados, portas para acessibilidade de cadeirantes fazem parte das mudanças na infraestrutura do espaço escolar, exigidas pelo Ministério da Educação (MEC), mas a inclusão exige além dessas mudanças no espaço físico, a formação continuada e um novo olhar sobre o currículo, as escolas precisam serem reconstruídas como escolas inclusivas, que garantam acesso e educação para todos (BRASIL, 2021).

A problemática sobre a inclusão escolar precisa ser debatida dentro dos espaços onde a educação acontece, gestores, professores, coordenadores e toda equipe escolar precisam se inteirar sobre o assunto, conhecer as leis e as políticas públicas que amparam a inclusão. Dessa forma a escola receberá melhor as pessoas portadoras de necessidades especiais, os professores do ensino regular poderão estabelecer diálogo e parceria com o professor da sala de atendimento educacional especializado.

A busca pelo nível satisfatório da qualidade da educação é algo que depende de inúmeros fatores, inclusive detectar quais as deficiências existentes na escola. Um fator que impacta negativamente na qualidade da escola e a falta de formação continuada dos gestores e principalmente dos professores, pois políticas públicas são lançadas na tentativa de oferecer educação de qualidade, mas essencialmente precisamos compreender o funcionamento da mesma e o que se deseja atingir, ou concretizar.

A educação inclusiva é um passo dado na tentativa de oferecer a educação especial, por meio das salas de recursos multifuncionais, onde acontece o atendimento educacional especializado.

As discussões e os debates precisam acontecer para que a partir dessas trocas de informações, seja possível tentar encontrar ou traçar caminho certo para construção de uma escola cidadã. A educação especial é um direito previsto na lei, assegurado por meio de matrícula no ensino regular, isso requer sensibilidade não somente do pedagogo que vai atender a criança, mas compromisso do gestor escolar para garantir a qualidade desse atendimento. O primeiro passo é a formação continuada do professor.

Hoje, a atenção está concentrada na criança com traços do transtorno do espectro autista, é comum pessoas serem ditas autistas por apresentar em algum momento da sua vida

características que definem esse transtorno, por isso é de suma importância que leituras sejam feitas a respeito do tema, esse estudo apresenta uma breve reflexão sobre a temática do autismo.

## MÉTODOS

Segundo Gil (2007) a revisão bibliográfica é um estudo teórico, pois é um recurso importante e estrutural para a evolução epistemológica do tema. É a primeira e o mais importante ação para que a pesquisa científica seja iniciada. A investigação começa a partir de documentos já elaborado e divulgados. Tal suporte teórico pode ser encontrado em livros, periódicos, teses, dissertações e artigos científicos. Ressalta-se que uma análise aprofundada com base nos documentos oficiais, a pesquisa além de ser bibliográfica, também, é considerada documental.

As pesquisas bibliográficas englobam estudos e obras já publicados que tratam sobre o tema de interesse ou questões relacionados a este. Tal conteúdo pode ser encontrado em publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, documentos oficiais, entrevistas, palestras, conferências, congressos, áudios gravados, material audiovisuais como filmes, documentários e vídeos curtos. A finalidade da pesquisa bibliográfica e documental é fornecer ao pesquisador informações sobre o objeto de estudo sendo que estas podem estar escritas ou registradas em vídeos e gravações de áudio (LAKATOS 1991).

1194

Sobre os documentos oficiais estes possuem valores próprios na pesquisa científica. Por meio de suas análises, nos permite conceituar com base em uma perspectiva que está de acordo com o que é estrutural e estandardizado para uma sociedade, distanciando-se de outras metodologias apoiadas em hipóteses e que partem de um olhar externo, utilizando instrumentos estruturados a partir de conceitos diferenciados do cotidiano do contexto social pesquisado (ROESCH 1999).

Segundo Lakatos (1991) a pesquisa documental constitui em ser uma fonte fidedigna de conceitos, dados e informações, porém o pesquisador necessita analisar de forma crítica e levar em consideração o contexto em que tais documentos foram criados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para chegarmos à definição autista, do grego “autós” que significa por si mesmo, muitos estudos foram realizados na área da psiquiatria, esse termo só foi descrito em 1943, por Leo

Kanner, porém o termo foi criado por Eugen Bleuler em 1908. O também psiquiatra Hans Asperger no seu artigo “A psicopatia autista na infância” destaca a ocorrência em meninos e os sintomas como baixa capacidade de fazer amizades, movimentos descoordenados e falta de empatia (RAPIN; TCHUMAN, 2009)

Michael Rutter (1978) classifica o autismo como um distúrbio do desenvolvimento cognitivo, os critérios eram: atraso e desvios sociais, problemas de comunicação, comportamentos incomuns, tendo início aos trinta meses de idade. Wing e Gould (1979) também trazem uma parcela de contribuição, desenvolvendo o conceito de autismo como um espectro.

A validação desse termo só se deu na década de 1970, a partir da 5ª edição do Manual do Diagnóstico e Estatística de Transtorno Mentais (DSM-5) em 2014 que foi considerado e reconhecido como TEA. Por anos o autismo foi visto como uma doença mental muitas vezes descrita como uma demência, esquizofrenia tipo infantil, na primeira edição do DSM, Manual de Associação americana de Psiquiatria (APA), influenciado pelo sistema de diagnóstico de Adolf Meyer onde o enfoque estava entre a neurose e a psicose, o autismo foi classificado como uma reação esquizofrênica tipo infantil (APA 2014)

Até chegarmos ao DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) e a CID-II, (Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde) o diagnóstico de autismo, saiu da categoria de psicose passando a de Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) (CID-10) e dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID) (DSM-4) ao que hoje é chamado de Transtornos do Espectro Autista (TEA), no DSM-5 é considerado um transtorno do neurodesenvolvimento, definindo o mesmo como um espectro ou categoria que varia nos níveis de gravidade e funcionalidade, ou em nível de deficiência intelectual e linguagem funcional. São três os níveis, quanto mais elevado o nível maior a dificuldade e a necessidade de suporte para as habilidades de comunicação social e mais inflexível o comportamento, tendo extrema dificuldade de mudanças, porém o CID-II, considera os prejuízos das habilidades cognitivas causadas pela deficiência intelectual e da linguagem funcional (APA 2014).

Diante dos inúmeros estudos muito mitos foram desfeitos, a criança portadora do transtorno do autismo, necessita do suporte para o desenvolvimento de suas habilidades, para comunicação social, e para atividades escolares, isso significa respeitar o seu tempo e processo de interação e a escola para oferecer uma educação inclusiva e o atendimento educacional especial,

necessita buscar na formação continuada atender melhor o seu aluno e professor, para isso é importante que se discuta e conheça aspectos e características importantes do Autismo.

O TEA, transtorno do espectro autista é um distúrbio caracterizado por alteração das funções do neurodesenvolvimento do indivíduo interferindo na capacidade de comunicação, linguagem, interação social e de comportamento, além dessas características apresentam também movimentos motores distintos, falas repetidas, impacta também no desenvolvimento cognitivo, por se tratar de um espectro possui diversas variações. A Lei nº 12.764/2012 Berenice Piana (BRASIL, 2012), caracteriza a pessoa com transtorno do espectro autista a partir de:

I deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não-verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento.

II padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotina e padrões de comportamentos ritualizados; interesses restritos e fixos (BRASIL, 2012).

O processo de identificação da pessoa com TEA é feito ainda na infância, a identificação dos traços do espectro autista é essencialmente clínica, sendo realizado a partir das observações da criança, entrevistas com os pais e aplicação de métodos de monitoramento do desenvolvimento infantil durante as consultas de avaliação do crescimento da criança.

1196

As escalas de rastreio são instrumentos utilizados para ajudar no diagnóstico do Autismo, são ferramentas de observação do comportamento que se utiliza de entrevista com os pais, observando a linguagem a comunicação e a interação social, as brincadeiras, e o comportamento. Essas são amparadas pela Lei nº 13.438/2017 (BRASIL 2017) no seu artigo 1º inciso 5º tornando obrigatória a adoção pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de protocolo que estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças.

§ 5º É obrigatória a aplicação a todas as crianças, nos seus primeiros dezoito meses de vida, de protocolo ou instrumento construído com a finalidade de facilitar a detecção, em consulta pediátrica de acompanhamento da criança, de risco para o seu desenvolvimento psíquico (BRASIL 2017).

São diversas as escalas para o rastreio do Autismo, entre elas estão o M-CHAT-R/F que é uma dessas escalas que se tornou obrigatória ao SUS e que tem ajudado a classificar os níveis do Transtorno do Espectro Autista. A ferramenta mais utilizada pela comunidade do Autismo é a Checklist de Avaliação do Tratamento do Autismo, ou ATEC, usada por pais, pesquisadores,

escolas, clínicas médicas e outros, é projetada para avaliar os tratamentos e a sua progressão. A ABC ou ICA foi elaborada para avaliar comportamentos autistas com retardo mental. A Escala de Observação para o Diagnóstico de Autismo 2 (ADOS 2) é padronizada para avaliar a comunicação e a interação social. O Inventário Portage Operacionalizado avalia a criança de zero a seis anos em áreas como a socialização, cognição, linguagem, autocuidados, e desenvolvimento motor (APA 2014).

A escola é o palco de interações sociais diversas, alguns dizem que é a mesma uma instituição reguladora da sociedade, outros assim a definem como instituição que tem uma função social importante que é a institucionalização do saber, é notório que ela é o espaço onde se estabelece diversas relações, até mesmo para intermediação dos chamados conflitos sociais.

Afirmamos que é nela que o homem ao se apropriar da cultura letrada, se engajando na busca pelo saber vai aos poucos se construindo enquanto ser humano e construindo e acumulando o capital chamado conhecimento, isso é o que distingue dos demais seres vivos, a sua capacidade de construir e desconstruir, criar e transformar.

A busca por uma sociedade mais justa tem na escola a sua principal defensora, as oportunidades de acesso e a garantia assegurada pela legislação, tem se tornado um obstáculo reduzido na concretização do ideal de uma escola que seja para todos, isso amplia os horizontes diminuindo as barreiras para o acesso das crianças portadoras de necessidades educacionais especiais (MAZZOTA 1994).

A construção de uma escola inclusiva vem em resposta ao cenário de desafios enfrentado por educadores comprometidos com os ideais de um mundo mais justo, respeitando as diversidades e diferenças do processo de aprendizagem de cada indivíduo.

A criança que tem um diagnóstico de portador de necessidades especiais, principalmente do transtorno do espectro autista, ainda na infância, terá grandes oportunidades de ao frequentar a educação infantil, desenvolver sua sociabilidade, formar os laços de afetividade com os colegas, familiarizar-se com espaços diferentes, desenvolver a linguagem comunicativa e social, sendo esses os seus primeiros contatos sociais além da família (MAZZOTA 1994).

As práticas de inclusão das crianças com necessidades especiais, foi e será um desafio a ser enfrentado pelas escolas de ensino regular, apesar das discussões em torno da temática, sabemos que os desafios enfrentados no dia a dia são diversos, principalmente no que diz respeito a formação e especialização do professor para atender as diversas necessidades dos alunos (MAZZOTA 1994).

Frequentar o ensino regular será de suma importância para a criança com TEA, uma vez que conviverá com outras crianças, isso irá oportunizar o desenvolvimento do controle motor e a interação nas relações sociais com os demais colegas, uma vez que o silêncio dará lugar a comunicação e os movimentos motor reduzidos, serão trocados pelo convite as brincadeiras no recreio com os demais colegas. Além da sala de ensino regular a criança deverá frequentar a sala de recursos multifuncional que oferecerá o atendimento com atividades adaptadas conforme as suas necessidades isso contribuirá para desenvolvimento da criança (LIBERALESSO; LACERDA 2020).

Incluir essas crianças no ensino regular é oportunizar o acesso ao ensino, a comunidade escolar, inclusive a vida social e cultural. A convivência com o outro traz grandes benefícios para o desenvolvimento físico, motor, social, cultural, para o desenvolvimento das habilidades cognitivas e a escola é um grande colaborador para tal, por de fato ser um palco dessas interações (BUENO 1993).

É essencial que os professores estejam conscientes das práticas de inclusão e que a escola inclusiva esteja com o seu projeto político pedagógico alinhado as práticas inclusivas, professores e profissionais da sala de recursos multifuncional, devidamente capacitado para o atendimento, assim o aluno terá o acesso e permanência com sucesso.

A escola necessariamente terá que ajustar pontos importantes como a adaptar o currículo, reformular o projeto político pedagógico no tocante a Educação Especial como modalidade de Ensino, bem como repensar a formação continuada para uma escola inclusiva e conseqüentemente para o professor que estará atendendo na sala de recursos multifuncional.

O espaço verdadeiramente acolhedor e inclusivo, terá os recursos materiais necessários ao desenvolvimento do aluno e o professor precisa ter clareza do seu papel e da sua responsabilidade não somente profissional, mas também social, buscando atender as necessidades do seu aluno (BUENO 1993).

O atendimento educacional especializado é necessário para toda criança portadora de necessidade educacional especial, principalmente aos que tem autismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferente do que se pensa em relação ao diagnóstico de uma criança com transtorno do espectro autista, podemos concluir que dentro das suas necessidades elas precisam serem vistas como seres humanos que por séculos foram diagnosticadas e tratadas erroneamente e por

diversas vezes, submetidas a exclusão social, fora da convivência dos seus familiares, entregues as diversas formas de discriminação.

Logo, conclui-se que o grande desafio é a interação social e a comunicação. Nesse contexto, de evolução de diagnósticos e amparos assegurados pela legislação e a partir da compreensão das características do autismo, podemos vislumbrar uma educação e uma escola inclusiva para as crianças que sofrem com o transtorno do espectro autista, respeitando o seu tempo e a forma como eles interagem e constroem o seu próprio conhecimento.

Portanto, é de suma importância compreender algumas características do transtorno do espectro autista, para poder incluir tanto nas salas do ensino regular como na complementação da sala de recursos multifuncionais, recursos que facilitem a convivência em sociedade.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014 (p 31-86).

BRASIL. **Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso:30 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.438 de 26 de abril de 2017**. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatória a adoção pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de protocolo que estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso:30 dez. 2023

BRASIL. **Lei 14.254 de 30 de novembro de 2021**. Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso:30 dez. 2023

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/ segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LIBERALESSO, P; LACERDA, L. **Autismo: compreensão e práticas baseadas em evidências**. Curitiba: Capricha na inclusão. 2020.

MAZZOTA, M. J. S. Atitude da escola frente à integração do portador de deficiência. **Insight. Psicoterapia**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 25-7, 1994.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio do curso de administração: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalho de conclusão de curso.** São Paulo: Atlas, 1999.

RUTTER, M. Diagnosis and Definition of Childhood Autism. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, 8, 139-161, 1978.

TCHUMAN, R; RAPIN, I. **Autismo abordagem neurobiológica.** Porto Alegre: Artmed. 2009

WING, L; GOULD, J. Severe Impairments of Social Interaction and Associated Abnormalities in Children: Epidemiology and Classification. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, 9, pp. 11- 29.1979